



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, novembro/2008

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lígia Helena da Cruz Ourives

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 14, n. 10, outubro 2008. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em outubro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 14,7 bilhões, contra R\$ 6,1 bilhões obtidos no mês anterior e R\$ 9,9 bilhões em outubro de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 16,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou um déficit de R\$ 1,9 bilhão e o Banco Central um superávit de R\$ 37,2 milhões.

O resultado primário do Governo Central no acumulado até outubro de 2008 atingiu R\$ 95,6 bilhões, equivalente a 4,03% do PIB estimado para o período.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2007-2008

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	SET 2008	OUT 2008	JAN - OUT 2007 2008	
I. RECEITA TOTAL	60.006,9	65.795,1	499.199,2	592.042,9
I.1. Receitas do Tesouro	46.373,6	52.056,0	389.433,1	463.683,9
I.1.1. Receita Bruta (1)	47.818,2	53.869,0	399.398,2	473.725,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.444,6	-1.813,0	-9.955,0	-10.041,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-10,1	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	13.430,0	13.475,7	108.820,0	126.831,9
I.3. Receitas do Banco Central	203,3	263,4	946,0	1.527,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.530,0	10.182,9	84.587,6	104.298,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	50.476,9	55.612,3	414.611,6	487.744,7
IV. DESPESA TOTAL	44.346,5	40.957,1	353.238,0	392.138,5
IV.1. Despesas do Tesouro	23.156,7	25.345,9	204.429,9	229.697,1
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	9.949,1	10.422,2	93.106,8	102.513,0
IV.1.2. Custeio e Capital	13.133,0	14.727,1	110.997,2	126.393,3
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.911,4	2.297,3	15.083,5	17.736,5
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	412,7	1.046,3	5.948,4	3.976,6
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.366,8	1.375,4	11.183,3	13.265,8
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.442,0	10.008,1	78.782,0	91.414,5
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	7.094,9	8.223,0	64.532,7	71.382,6
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.347,1	1.785,1	14.249,3	20.031,9
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	74,6	196,6	326,0	790,7
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	20.846,5	15.384,9	147.255,2	160.551,4
IV.3. Despesas do Banco Central	343,2	226,3	1.552,9	1.890,1
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	6.130,5	14.655,2	61.373,7	95.606,2
V.1. Tesouro Nacional	13.686,9	16.527,2	100.415,6	129.688,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-7.416,5	-1.909,2	-38.435,1	-33.719,5
V.3. Banco Central (4)	-139,9	37,2	-606,8	-363,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,92%	4,03%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	4,77%	5,47%
Previdência Social	-1,83%	-1,42%
Banco Central	-0,03%	-0,02%
Governo Central	2,92%	4,03%

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2008/2007	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	18,60%
Tesouro	19,07%
Previdência	16,55%
Transferências	23,30%
Receita Líquida	17,64%
Despesas	11,01%
Benefícios	9,03%
Pessoal	10,10%
Custeio e Capital	13,87%
FAT	17,59%
Subsídios	-33,15%
LOAS/RMV	18,62%
Outras	16,03%
Custeio	10,61%
Capital	40,58%
PIB estimado	12,71%

O resultado do mês de outubro refletiu, por um lado, o incremento da receita líquida do Governo Central, explicada pela elevação das receitas do Tesouro Nacional, que repercutiu na elevação das transferências a estados e municípios, e pela diminuição das despesas, principalmente de benefícios previdenciários, em decorrência do pagamento da primeira parcela do abono anual ocorrida em setembro, sem correspondência no mês de outubro.

No que se refere às receitas do Tesouro Nacional, observou-se

A elevação da receita do Tesouro Nacional em outubro, comparativamente ao mês anterior, decorre, principalmente, de fatores sazonais e da elevação da taxa de câmbio.

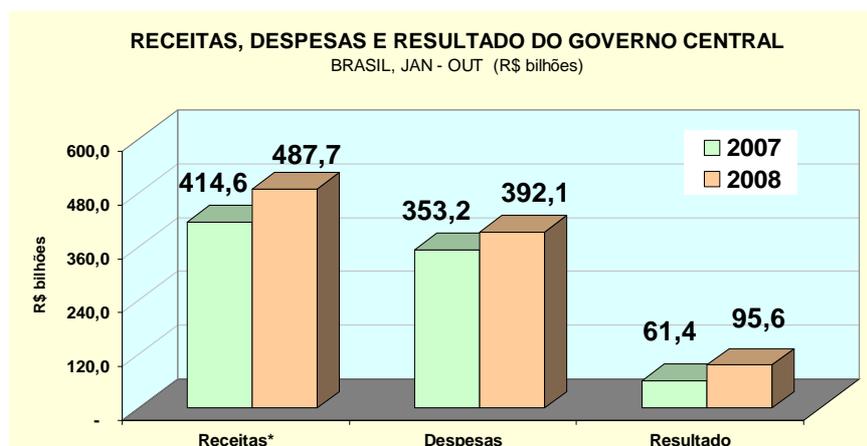
acréscimo de R\$ 5,7 bilhões, efeito este localizado na arrecadação do IRPJ (incremento de R\$ 3,9 bilhões) e da CSLL (aumento de 1,8 bilhão), em função do reflexo positivo da variação cambial na arrecadação relativamente ao setor petrolífero e do pagamento da 1ª cota ou cota única do imposto e da contribuição referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro, e na arrecadação da cota-parte de compensações financeiras (incremento de R\$ 3,7 bilhões), devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 3,0 bilhões na arrecadação de dividendos em outubro. Pelo lado das despesas do Tesouro Nacional, observou-se incremento de R\$ 2,2 bilhões em relação a setembro, dos quais R\$ 1,0 bilhão relativo a dispêndios discricionários, R\$ 633,6 milhões relativos às despesas com subsídios e subvenções econômicas e R\$ 385,9 milhões referentes às despesas do FAT com pagamentos de abono salarial e seguro desemprego.

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 1,9 bilhão em outubro, contra R\$ 7,4 bilhões observados no mês anterior (redução de 74,3%). Isto é reflexo do pagamento da primeira parcela do abono anual (13º salário) com competência em agosto, cujo impacto financeiro se deu em maior parte no mês de setembro, não se reproduzindo no mês de outubro. Outra parte menor deste impacto já havia ocorrido no mês agosto, em decorrência da modificação introduzida pela Lei nº 11.665/2008, que modificou o art. 41-A da Lei nº 8.213/1991 (Planos de Benefícios da Previdência Social).

No ano, o resultado do Governo Central é 55,8% superior ao obtido em igual período de 2007 (R\$ 95,6 bilhões contra R\$ 61,4 bilhões). Com isso, o resultado primário passou de 2,92% para 4,03% do PIB estimado para o período. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, cresceram 4,4% acima do crescimento nominal do PIB no período (12,7%), enquanto as despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de 1,5%.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES REAIS (SOBRE CRESCIMENTO NOMINAL DO PIB) (% ACUMULADO JAN-OUT)

DISCRIMINAÇÃO	07/06	08/07
Receitas	2,4%	5,2%
Tesouro	2,2%	5,6%
Previdência	3,3%	3,4%
Transferências	3,7%	9,4%
Receita Líquida	2,1%	4,4%
Despesas	2,2%	-1,5%
Benefícios	0,7%	-3,3%
Pessoal	1,7%	-2,3%
Custeio e Capital	5,0%	1,0%
FAT	10,0%	4,3%
Subsídios	2,5%	-40,7%
LOAS/RMV	6,2%	5,2%
Outras	4,2%	2,9%
Custeio	1,9%	-1,9%
Capital	15,9%	24,7%



O comportamento das receitas reflete o bom desempenho da economia, como também as ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos. Houve crescimento de 26,0% na arrecadação pela aplicação de multas e juros, inclusive da dívida ativa, em relação aos primeiros dez meses de 2007. Pelo efeito legislação, as principais alterações promovidas em 2008 foram: i) extinção da CPMF e aumento das alíquotas do IOF, com efeitos a partir de janeiro; ii) redução de alíquota da CIDE-combustíveis incidente sobre gasolina e diesel e aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% incidente sobre as instituições financeiras, com efeito financeiro a partir de junho; e iii) mudança do prazo de recolhimento do IPI – Automóveis e do IPI – Bebidas de decendial para mensal, com reflexo a partir de julho e de setembro, respectivamente.

O crescimento de 18,6% na receita do Governo Central em 2008 decorre da maior lucratividade das empresas e da recuperação de débitos em atraso, que se reflete no crescimento da arrecadação pela aplicação de multas e juros.

Os principais acréscimos na receita de Impostos e Contribuições foram: i) IRPJ (R\$ 17,6 bilhões ou 30,5%) e CSLL (R\$ 9,7 bilhões ou 34,0%), devido ao maior crescimento nos itens Estimativa Mensal e Lucro Presumido, cuja arrecadação tem por base o faturamento das empresas e a arrecadação atípica de R\$ 1,9 bilhão referente a débito de exercícios anteriores; ii) IRRF – Rendimento do Trabalho (R\$ 7,9 bilhões ou 23,7%), devido ao crescimento da massa salarial e à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único); iii) Cofins (R\$ 17,2 bilhões ou 20,7%), devido ao aumento das importações e do faturamento das empresas. Por fim, as demais receitas cresceram 39,4%, em grande medida pelo incremento de R\$ 3,3 bilhões nos ingressos de concessões para exploração de petróleo e gás natural e serviços de telefonia móvel celular, de R\$ 6,3 bilhões na receita de dividendos, e de R\$ 7,9 bilhões em cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevada cotação do preço do petróleo no mercado internacional na maior parte do ano.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/out.)	3,10%	3,42%
CIDE-Combustíveis	0,09%	0,07%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,16%	0,10%
Demais	0,67%	0,81%
Total	4,02%	4,40%

¹ Inclui auxílio financeiro

As despesas de pessoal e encargos sociais ficaram 2,3% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	4,42%	4,32%
Custeio e Capital	5,27%	5,33%
Despesas do FAT	0,72%	0,75%
Subsídios e Subvenções ¹	0,28%	0,17%
LOAS/RMV	0,53%	0,56%
Outras	3,74%	3,85%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Até outubro de 2008, enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 1,9% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 24,7% acima da variação do PIB. O déficit do RGPS, no mesmo período, caiu de 1,83% do PIB para 1,47% do PIB.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-OUT			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,8	22,4	2,6%
Valor médio RGPS**	585,9	626,9	7,0%

(*) em milhões

(**) em R\$ 1,00

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,17%	5,35%
Benefícios	7,00%	6,77%
Res. Primário	-1,83%	-1,42%

As transferências a estados e municípios cresceram 23,3% (R\$ 19,7 bilhões) em termos nominais, percentual superior ao crescimento da receita do Tesouro (19,1%). Em proporção do PIB, estas totalizaram 4,4% contra 4,0% em 2007. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 24,4% (R\$ 15,9 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (12,7%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (Imposto de Renda e IPI).

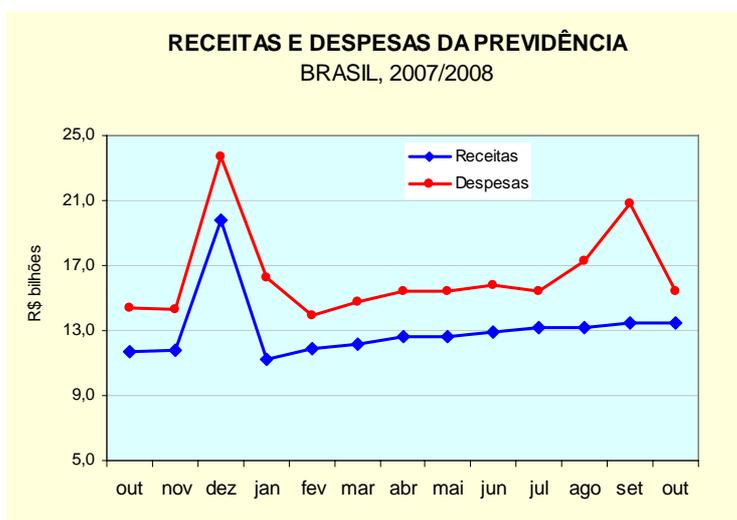
As despesas do Tesouro Nacional cresceram 12,4% (R\$ 25,3 bilhões) em comparação com os primeiros dez meses de 2007. O aumento nominal nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi de 10,1% (R\$ 9,4 bilhões), refletindo, entre outros fatores, os pagamentos referentes às reestruturações de carreiras dos Poderes. No entanto, tais despesas ficaram 2,3% abaixo da variação nominal do PIB. Os gastos com a folha de funcionalismo representavam, até outubro de 2007, 4,42% do PIB, frente a 4,32% do PIB no mesmo período de 2008.

Por seu turno, os dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas apresentaram redução nominal de R\$ 2,0 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal rubrica apresentou redução de 0,12 p.p. do PIB, passando de 0,28% em 2007 para 0,17% em 2008. Este comportamento é explicado, principalmente, pelo acréscimo nos recebimentos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 754,4 milhões), pela diminuição nas despesas do Custeio Agropecuário (R\$ 465,6 milhões), e pela redução nas despesas do programa Aquisição do Governo Federal (R\$ 494,0 milhões).

No que se refere às Outras Despesas de Custeio e Capital, houve incremento de 16,0% (R\$ 12,6 bilhões) em relação ao acumulado até outubro do ano anterior, sendo 10,6% (R\$ 6,8 bilhões) referentes a custeio e 40,6% (R\$ 5,8 bilhões) referentes a capital. Com isto, enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 1,9% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 24,7% acima da variação do PIB.

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 33,7 bilhões no acumulado até outubro de 2008, contra R\$ 38,4 bilhões observados no mesmo período de 2007 (redução de 12,3%). A arrecadação líquida passou de R\$ 108,8 bilhões para R\$ 126,8 bilhões (16,6%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 110,6 bilhões para R\$ 130,8 bilhões (elevação de 18,3%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, com impacto positivo na arrecadação de contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 13,3 bilhões (9,0%), atingindo o montante de R\$ 160,6 bilhões. Como tem ocorrido em meses anteriores, o déficit

primário do RGPS apresentou queda em proporção do PIB, reduzindo-se para 1,42%, 0,41 p.p. inferior ao nível registrado no mesmo período de 2007 (1,83%).



A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 53,9 bilhões em outubro contra R\$ 47,8 bilhões verificados em setembro (aumento de 12,7%). Este desempenho é explicado pelo incremento de R\$ 4,0 bilhões nas receitas de impostos federais, devido principalmente ao crescimento da arrecadação do imposto de renda, e de R\$ 2,1 bilhões nas receitas de contribuições, decorrente sobretudo do crescimento da arrecadação da CSLL, em função do bom desempenho da economia.

As receitas de impostos e contribuições federais totalizaram R\$ 46,0 bilhões este mês, apresentando um incremento de 15,2% em relação ao valor apurado em setembro (R\$ 39,9 bilhões). Esta evolução reflete: i) o incremento de R\$ 5,7 bilhões na arrecadação do IRPJ e da CSLL, em função do reflexo positivo da variação cambial na arrecadação relativamente ao setor petrolífero e do pagamento da 1ª cota ou cota única do imposto e da contribuição referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro; ii) o acréscimo de R\$ 869,7 milhões no IRRF – Rendimentos de Capital, decorrente, sobretudo, do aumento do resgate de aplicações em renda fixa, da distribuição de juros remuneratórios sobre capital próprio e de aplicações de *swap*; iii) a arrecadação atípica, no mês de setembro, de R\$ 655,0 milhões no IRPF, decorrente de ganho de capital na alienação de empresa; e iv) a redução de R\$ 160,6 milhões do ITR, devido ao pagamento, em setembro, da 1ª cota ou cota única desse imposto referente ao ano calendário de 2007.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional em outubro aumentou 12,7% relativamente ao mês anterior em função, sobretudo, do incremento nas receitas de impostos e de contribuições federais.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	SET/08	OUT/08
Impostos	21.690,6	25.660,8
Imposto de Renda	14.320,3	18.167,7
IPI	3.665,8	3.795,2
Outros	3.704,5	3.698,0
Contribuições	18.237,2	20.324,5
Cofins	10.941,3	11.147,3
CPMF	11,9	10,3
CSLL	2.992,6	4.841,7
Cide - Combustíveis	408,4	410,0
Outras	3.883,0	3.915,3
Demais	7.890,4	7.883,6
Cota parte	1.257,1	4.959,0
Diretamente Arrecadada	2.210,7	1.778,8
Dividendos da União	3.042,4	6,7
Concessões	299,9	17,5
Outras	1.080,2	1.121,6
Total Bruto	47.818,2	53.869,0

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

As demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, totalizaram R\$ 7,9 bilhões em outubro, mesmo patamar atingido no mês anterior. Este mês houve recolhimento sazonal de participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural que possibilitou um incremento de R\$ 3,7 bilhões na arrecadação de cota-parte de compensações financeiras. Tal evolução foi parcialmente compensada pela redução de R\$ 3,0 bilhões nas receitas de dividendos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2008 está sendo influenciada pelo desempenho da economia, que impacta fortemente os tributos que têm como base o lucro; por ações desenvolvidas no âmbito da RFB e PGFN para recuperação de débitos em atraso e por mudanças na arrecadação do IRRF, do IOF, da CSLL e do IPI.

No acumulado do ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 20,0% do PIB, dos quais 9,4% correspondem à arrecadação de impostos, 7,6% a contribuições e 2,9% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 74,3 bilhões (18,6%) quando comparada ao período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 399,4 bilhões para R\$ 473,7 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores ligados ao crescimento da economia, uma vez que o incremento da arrecadação está muito concentrado em tributos que têm como base o lucro, como o IRPJ, a CSLL e o IRPF referente à venda de ativos.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, no ano, principalmente, pelos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 17,6 bilhões (30,5%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 9,7 bilhões (34,0%) na arrecadação de CSLL, refletindo o faturamento de empresas de diversos setores, com destaque para os setores de combustíveis, serviços financeiros, fabricação de veículos automotores, comércio atacadista e metalurgia. Vale destacar também a arrecadação atípica da CSLL, em 2008, de R\$ 1,9 bilhão referente a débitos de exercícios anteriores em contestação judicial, bem como o aumento de 9% para 15% na alíquota desta contribuição, incidente sobre as instituições financeiras;
- elevação de R\$ 11,9 bilhões (20,2%) no IRRF, principalmente devido ao crescimento de 23,7% no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do crescimento da massa salarial, da diferença de fatos geradores entre os meses de janeiro de 2008 e de janeiro de 2007, em conformidade com a regra de transição constante na Lei nº 11.196/2005 (art. 70, parágrafo único), e da maior lucratividade de empresas do setor financeiro, que elevou a distribuição da participação nos lucros ou resultados (PLR);
- incremento de R\$ 17,2 bilhões (20,7%) na Cofins e de R\$ 4,5 bilhões (20,9%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento das impor-

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	171.440,9	223.037,5
Imposto de Renda	127.678,1	159.288,1
IPI	27.100,8	32.745,5
Outros	16.662,1	31.003,9
Contribuições	178.112,0	181.180,1
Cofins	83.285,9	100.520,0
CPMF	29.648,7	1.126,3
CSLL	28.560,9	38.271,3
Cide - Combustíveis	6.546,3	5.176,5
Outras	30.070,2	36.086,0
Demais	49.845,3	69.507,4
Cota parte	15.193,2	23.059,6
Diretamente Arrecadada	15.743,2	18.924,8
Dividendos da União	6.599,4	12.863,0
Concessões	1.147,4	4.726,3
Outras	11.162,2	9.933,7
Total Bruto	399.398,2	473.725,0

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

tações e do faturamento das empresas, com destaque para os setores de fabricação de veículos automotores, comércio atacadista, metalurgia, combustíveis, construção civil e telecomunicações;

- d) aumento de R\$ 10,4 bilhões (164,6%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com os Decretos nºs 6.306/2007, 6.339/2008 e 6.345/2008, e arrecadação atípica, ocorrida em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores, no valor de R\$ 167,0 milhões. Cumpre salientar que contribuiu significativamente para esse resultado o crescimento do volume das operações de crédito das pessoas físicas e jurídicas, em relação a igual período do ano anterior;
- e) crescimento de R\$ 5,6 bilhões (20,8%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI – Automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno e de mudança de prazo de recolhimento, de decenal para mensal, com impacto a partir de junho; IPI – Outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria no acumulado do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os setores de metalurgia, fabricação de veículos automotores e fabricação de produtos de minerais não-metálicos; e IPI vinculado às importações, decorrente da elevação de 51,8% no valor em dólar das importações tributadas e de 0,03% na alíquota média efetiva do imposto, e da redução de 12,2% na taxa média de câmbio;
- f) elevação de R\$ 3,8 bilhões (38,4%) no Imposto de Importação, decorrente da elevação de 51,8% no valor em dólar das importações tributadas e de 3,0% na alíquota média do imposto, e da redução de 12,2% na taxa média de câmbio;
- g) acréscimo de R\$ 2,1 bilhões (19,1%) na arrecadação de IRPF, explicado principalmente pela arrecadação relativa ao item ganho de capital da alienação de bens (participações acionárias) e ao item declaração de ajuste; e
- h) redução de R\$ 28,5 bilhões na arrecadação da CPMF em decorrência de extinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou acréscimo de R\$ 19,7 bilhões (39,4%) em relação ao mesmo período de 2007, decorrente do: i) incremento de R\$ 7,9 bilhões nas receitas de cota-parte de compensações financeiras, em decorrência dos elevados preços internacionais do petróleo durante a maior parte do ano; ii) crescimento de R\$ 6,3 bilhões na arrecadação de dividendos da União; iii) aumento de R\$ 3,6 bilhões nas receitas de concessões, explicada em grande medida pela arrecadação em março de 2008,

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	8,15%	9,40%
Imposto de Renda	6,07%	6,72%
IPI	1,29%	1,38%
Outros	0,79%	1,31%
Contribuições	8,46%	7,64%
Cofins	3,96%	4,24%
CPMF	1,41%	0,05%
CSLL	1,36%	1,61%
Cide - Combustíveis	0,31%	0,22%
Outras	1,43%	1,52%
Demais	2,37%	2,93%
Cota parte	0,72%	0,97%
Diretamente Arrecadada	0,75%	0,80%
Dividendos da União	0,31%	0,54%
Concessões	0,05%	0,20%
Outras	0,53%	0,42%
Total Bruto	18,98%	19,97%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Demais	49.845,3	69.507,4
Cota parte	15.193,2	23.059,6
Plano do Servidor (CPSS)	5.363,0	6.080,1
Diretamente Arrecadada	15.743,2	18.924,8
Dividendos da União	6.599,4	12.863,0
Concessões	1.147,4	4.726,3
Outras	5.799,2	3.853,7

relativa à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, e em maio, relativa a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, ambas sem correspondência em idênticos períodos do ano anterior; e iv) aumento de R\$ 3,2 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	SET/08	OUT/08
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.625,4	7.281,2
CIDE-Combustíveis	-	276,2
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	812,5
Demais	1.742,0	1.813,0
Total	9.530,0	10.182,9

¹ Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - OUT (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	65.267,6	81.167,9
CIDE - Combustíveis	1.850,2	1.578,9
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	3.360,9	2.291,1
Demais	14.108,8	19.260,3
Total	84.587,6	104.298,2

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

Decêndio	Set	Out
Terceiro Decêndio	9.077,8	8.905,4
Primeiro Decêndio	3.626,1	2.638,3
Segundo Decêndio	3.864,0	4.213,7
Total	16.567,9	15.757,4

Em outubro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 10,2 bilhões contra R\$ 9,5 bilhões em setembro, apresentando um crescimento de R\$ 652,9 milhões. Concorreram para este comportamento: i) a redução de R\$ 344,2 milhões (4,5%) nas transferências constitucionais, como consequência da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no primeiro decêndio de outubro; ii) o acréscimo de R\$ 276,2 milhões nas transferências da CIDE-combustíveis, pois estas somente ocorrem nos meses subsequentes ao encerramento de cada trimestre; e iii) a transferência de R\$ 650,0 milhões a título de prestação de auxílio financeiro com o objetivo de fomentar as exportações, de acordo com os critérios previstos na Lei nº 11.793/2008.

No ano, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 19,7 bilhões (23,3%) em relação a igual período do ano anterior, elevando-se de R\$ 84,6 bilhões em 2007 para R\$ 104,3 bilhões em 2008. Tal elevação é explicada, em grande medida, pelo aumento de R\$ 15,9 bilhões (24,4%) nas transferências constitucionais, reflexo da maior arrecadação das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) no período, e pelo acréscimo de R\$ 3,7 bilhões (43,0%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo a gás natural, explicado pelos elevados preços internacionais do petróleo na maior parte do ano.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO ¹	SET/08	OUT/08
Agricultura	158,4	421,5
Custeio Agropecuário	29,9	133,3
Investimento Rural	0,0	0,1
Preços Agrícolas	-16,1	-22,1
- EGF	0,0	0,0
- AGF	-36,2	-62,4
- Sustent. de preços	20,0	40,3
Pronaf	18,8	189,6
Pesa	2,1	1,1
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	122,2	118,5
FUNCAFÉ	1,6	0,9
Outros	34,8	141,8
Habitação (PSH)	0,0	1,4
FND	-9,7	107,3
Exportação (Proex)	44,6	33,1
Total	193,3	563,3

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Em outubro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 25,3 bilhões, apresentando elevação de R\$ 2,2 bilhões (9,5%) relativamente a setembro. Tal resultado decorreu, principalmente, do incremento de R\$ 1,0 bilhão nos dispêndios discricionários, de R\$ 633,6 milhões nos gastos com subsídios e subvenções econômicas e de R\$ 385,9 milhões nas despesas do FAT.

As despesas do FAT totalizaram R\$ 2,3 bilhões, em outubro, contra R\$ 1,9 bilhão no mês anterior. O pagamento com benefícios de abono salarial PIS/Pasep este mês alcançou R\$ 827,7 milhões, contra R\$ 495,0 milhões, em setembro, conforme previsto no calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2008/2009 (julho/2008 a junho/2009), regulamentado pela Resolução Codefat nº 579, de 24 de junho de 2008. Por sua vez, os gastos com

seguro desemprego atingiram R\$ 1,4 bilhão, em outubro, contra R\$ 1,3 bilhão, em setembro.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, os efeitos no mês decorreram: i) do aumento de R\$ 103,4 milhões nas despesas com Custeio Agropecuário; ii) da elevação de R\$ 170,8 milhões nas despesas com o Pronaf; iii) do incremento de R\$ 117,0 milhões nos dispêndios no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND; iv) do aumento de R\$ 127,6 milhões nas despesas de capitalização da Emgea; e v) da elevação de R\$ 136,0 milhões nas despesas com subvenções aos Fundos Regionais.

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, houve elevação relativamente a setembro nas despesas discricionárias no montante de R\$ 1,0 bilhão (13,5%), concentradas principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 665,2 milhões), da Defesa (R\$ 175,7 milhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 117,3 milhões). As despesas decorrentes de abertura de crédito extraordinário apresentaram redução de R\$ 124,0 milhões (34,7%), enquanto a execução do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) foi de R\$ 476,3 milhões, inferior ao observado no mês anterior em R\$ 350,9 milhões.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,68% do PIB, contra 9,71% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 25,3 bilhões (12,4%) em relação a 2007, destacando-se os incrementos de R\$ 9,4 bilhões (10,1%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, e de R\$ 15,4 bilhões (13,9%) nas Despesas de Custeio e Capital.

Os dispêndios com a folha salarial registram redução de 0,10 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,42% em 2007, para 4,32% em 2008. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 3,3 bilhões (17,6%) e no Poder Executivo, acréscimo de R\$ 5,9 bilhões (7,9%). Parte do aumento da despesa no âmbito do Poder Executivo decorreu da reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por sua vez, os precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal apresentaram aumento de R\$ 996,9 milhões (41,9%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,27% para 5,33% do PIB, (acrécimo de 0,05 p.p.), impulsionado pelo incremento de 0,11 p.p. na rubrica ‘Outras Despesas de Custeio e Capital’, acréscimo de 0,03 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego, e gastos operacionais do FAT e 0,03

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/08	OUT/08
Sentenças Judiciais	28,8	14,3
Legislativo/Judiciário	513,0	529,8
Crédito Extraordinário ¹	357,9	233,9
Projeto Piloto de Investimento ²	827,2	476,3
Outras ³	58,5	67,2
Discricionárias	7.656,7	8.686,7
d/q Min. da Saúde	3.268,0	3.933,2
Min. do Des. Social	1.173,8	1.095,8
Min. da Educação	851,5	955,9
Min. da Defesa	573,1	748,8
Min. da Ciência e Tec.	223,9	341,2
Min. do Des. Agrário	91,4	162,0
Min. da Justiça	150,8	162,7
Min. da Previdência	119,0	126,9
Min. das Cidades	245,1	115,0
Demais	960,1	1.045,2
Total	9.442,0	10.008,1

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3o da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	93.106,8	102.513,0
Custeio e Capital	110.997,2	126.393,3
Despesas do FAT	15.083,5	17.736,5
Subsídios e Subvenções ¹	5.948,4	3.976,6
LOAS/RMV	11.183,3	13.265,8
Outras	78.782,0	91.414,5
Transferência ao Bacen	326,0	790,7

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Até outubro de 2008, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, reduziram de 4,42% para 4,32% do PIB, em relação ao mesmo período do exercício anterior, ficando 2,3% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período.

p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV, não obstante a queda de 0,12 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

As despesas do FAT atingiram R\$ 17,7 bilhões nos dez primeiros meses de 2008, contra R\$ 15,1 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário mínimo, mas também do número de beneficiários identificados.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2007-2008**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idoso	Varição em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média jan-out/01	1.281.573	-	439.563	-	842.010	-
média jan-out/02	1.435.654	12%	521.824	19%	913.830	9%
média jan-out/03	1.619.263	13%	620.997	19%	998.266	9%
média jan-out/04	1.869.134	15%	800.433	29%	1.068.702	7%
média jan-out/05	2.155.104	15%	991.465	24%	1.163.640	9%
média jan-out/06	2.373.030	10%	1.122.420	13%	1.250.610	7%
média jan-out/07	2.556.288	8%	1.229.427	10%	1.326.860	6%
média jan-out/08	2.788.243	9%	1.348.735	10%	1.439.508	8%

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN - OUT (% do PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	4,42%	4,32%
Custeio e Capital	5,27%	5,33%
Despesas do FAT	0,72%	0,75%
Subsídios e Subvenções ¹	0,28%	0,17%
LOAS/RMV	0,53%	0,56%
Outras	3,74%	3,85%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

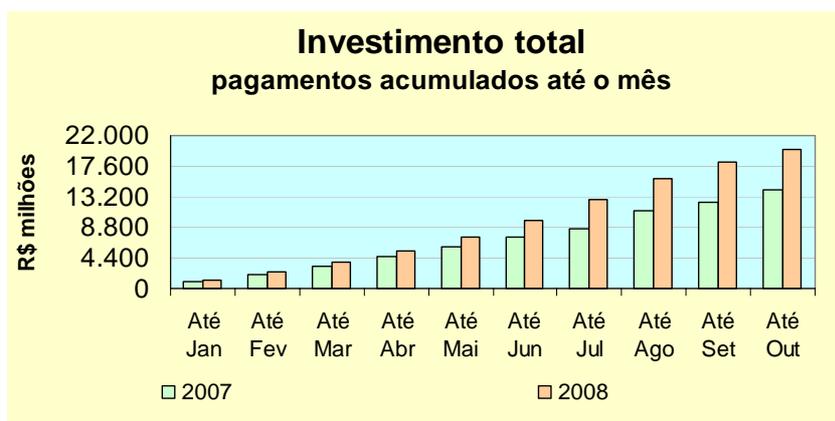
As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,1 bilhões (18,6%) em relação ao acumulado até outubro de 2007. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo nos anos de 2007 e 2008 e o crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9,0% no período de janeiro a outubro de 2008 relativamente a 2007 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,3 milhão foi destinado aos idosos e 1,4 milhão aos portadores de deficiência.

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN - OUT (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO ¹	2007	2008
Agricultura	4.143,7	2.494,0
Custeio Agropecuário	848,3	382,8
Investimento Rural	25,8	28,1
Preços Agrícolas	1.107,5	455,4
- EGF	6,5	4,2
- AGF	128,5	-365,5
- Sustent. de preços	972,5	816,8
Pronaf	715,6	728,6
Pesa	315,5	256,1
Cacau	0,3	0,0
Securitização	454,4	0,0
Fundo da Terra/Incra	676,1	624,4
FUNCAFÉ	0,2	18,5
Outros	-358,0	-942,8
Habitação (PSH)	126,8	283,4
FND	-581,2	-1.335,6
Exportação (Proex)	96,5	109,4
Total	3.785,7	1.551,2

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Até outubro de 2008, as despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas e Reestruturação de Passivos alcançaram R\$ 4,0 bilhões, contra R\$ 5,9 bilhões em 2007. A redução concentrou-se nos retornos líquidos no âmbito do FND, que passaram de R\$ 581,2 milhões, em 2007, para R\$ 1,3 bilhão, em 2008. No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda nas despesas relativas aos seguintes Programas: i) Custeio Agropecuário, R\$ 465,6 milhões (54,9%); ii) Aquisição do Governo Federal, R\$ 494,0 milhões (384,4%); e iii) Sustentação de Preços, R\$ 155,7 milhões (16,0%).



Até outubro de 2008, os gastos com investimento do governo federal apresentaram incremento de R\$ 5,8 bilhões (46,0%), ficando 24,7% acima da variação nominal do PIB estimado para o período.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 12,6 bilhões no período (16,0%), sendo R\$ 5,8 bilhões (40,6%) relativos aos investimentos totais e R\$ 6,8 bilhões (10,6%) aos demais gastos correntes. Enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 1,9% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 24,7% acima da variação do PIB. Destaque para as despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO de 2008), que totalizaram R\$ 5,5 bilhões em 2008 contra R\$ 3,2 bilhões (73,9%) no ano anterior. Os gastos discricionários cresceram R\$ 8,2 bilhões (12,4%). Desse total, corresponderam às despesas com o Ministério da Saúde R\$ 3,3 bilhões, com o Ministério da Educação R\$ 2,2 bilhões, e com o Ministério do Desenvolvimento Social R\$ 1,6 bilhão. Por outro lado, registrou-se redução das despesas discricionárias no Ministério da Previdência Social (R\$ 109,0 milhões).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN - OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Sentenças Judiciais	1.186,0	1.483,0
Legislativo/Judiciário	3.920,6	4.530,4
Crédito Extraordinário ¹	4.113,9	5.131,5
Projeto Piloto de Investimento ²	3.176,6	5.523,2
Outras ³	624,3	816,3
Discricionárias	65.760,7	73.930,1
d/q Min. da Saúde	29.015,2	32.315,1
Min. do Des. Social	8.807,8	10.382,4
Min. da Educação	5.886,1	8.086,5
Min. da Defesa	4.322,6	4.880,6
Min. da Ciência e Tec.	2.175,3	2.485,0
Min. do Des. Agrário	1.376,3	1.389,6
Min. da Previdência	1.110,8	1.001,7
Min. da Justiça	1.067,9	1.296,3
Min. dos Transportes	983,1	1.112,9
Demais	11.015,7	10.979,9
Total	78.782,0	91.414,5

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).
³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

O montante pago de restos a pagar (RP) até outubro de 2008 correspondeu a R\$ 11,4 bilhões, equivalente a 51,2% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 59,3% no mesmo período do ano anterior. Dos RP pagos em 2008, R\$ 6,0 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 41,1% do total de restos a pagar de investimento do ano, concentrados principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 877,3 milhões), da Saúde (R\$ 772,4 milhões), das Cidades (R\$ 685,3 milhões) e da Defesa (R\$ 641,2 milhões).



Em outubro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 1,9 bilhão, inferior em R\$ 5,5 bilhões ao registrado em setembro (queda de 74,3%). Isso se deve essencialmente ao pagamento antecipado, em setembro, de metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal à maioria dos segurados e dependentes da Previdência Social, sem

Previdência Social

correspondência em outubro. No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 33,7 bilhões contra R\$ 38,4 bilhões observados no mesmo período de 2007 (decréscimo de 12,3%).

Em outubro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,9 bilhão. No período de janeiro a outubro de 2008, o déficit atingiu R\$ 33,7 bilhões, equivalentes a 1,42% do PIB. O déficit do RGPS foi 12,3% abaixo do verificado nos dez primeiros meses de 2007. Em proporção do PIB, o déficit previdenciário caiu 0,40 ponto percentual.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	SET	OUT	JAN - OUT	
	2008	2008	2007	2008
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	13.430,0	13.475,7	108.820,0	126.831,9
Arrecadação Bruta	14.883,2	15.009,0	120.453,7	141.342,0
- Contribuição Previdenciária	13.690,1	13.899,1	110.558,2	130.805,0
- Simples	1.068,0	970,9	7.562,5	8.785,5
- CFT	0,0	0,0	586,9	451,8
- Depósitos Judiciais	99,5	108,2	1.276,1	1.044,3
- Refis	25,5	30,8	237,8	255,4
- Outras Receitas	0,0	0,0	232,2	0,0
(-) Restituição/Devolução	-24,3	-119,0	-396,9	-368,1
(-) Transferências a Terceiros	-1.428,8	-1.414,3	-11.236,8	-14.142,0
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	20.846,5	15.384,9	147.255,2	160.551,4
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-7.416,5	-1.909,2	-38.435,1	-33.719,5
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,83%	-1,42%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 13,5 bilhões em outubro, representando elevação de R\$ 45,7 milhões (0,3%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação aos primeiros dez meses de 2007, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 18,0 bilhões (16,6%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 110,6 bilhões para R\$ 130,8 bilhões (elevação de 18,3%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2007 e setembro de 2008 foi 15,5% superior à verificada no período correspondente em 2006/2007.

As despesas com benefícios apresentaram, em outubro, redução de R\$ 5,5 bilhões (26,2%) com relação ao mês anterior, decorrente sobretudo do pagamento antecipado, em setembro, de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal, conforme dispõe o Decreto nº 6.525/2008, a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo, nos termos do art. 41-A da Lei nº 8.213/1991, com a redação dada pela Lei nº 11.665/2008. A outra metade dos titulares de benefícios de até um salário mínimo já havia recebido no mês anterior (agosto) essa parcela

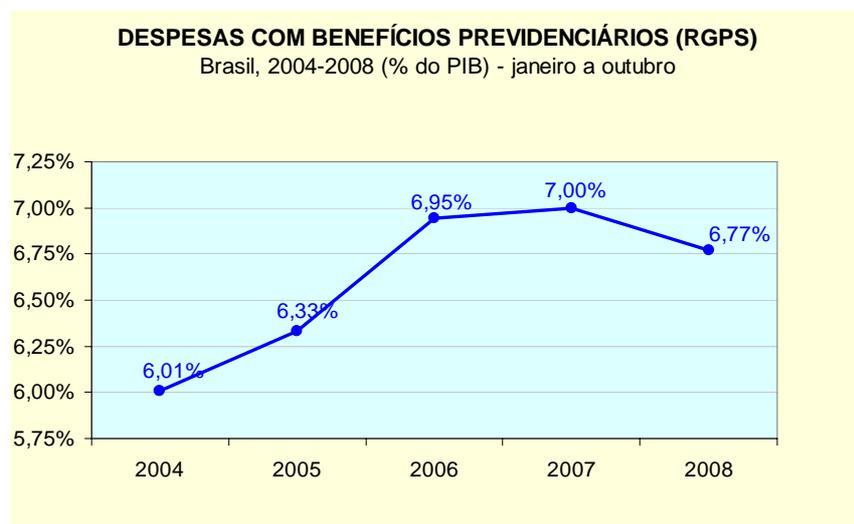
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN - OUT (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Contribuição	108.820,0	126.831,9	16,6%
Benefícios	147.255,2	160.551,4	9,0%
Res. Primário	-38.435,1	-33.719,5	-12,3%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-OUT			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,8	22,4	2,6%
Valor médio RGPS**	585,9	626,9	7,0%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

antecipada do abono anual. Em outubro, não houve dispêndios correspondentes. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 13,3 bilhões (9,0%), atingindo o montante de R\$ 160,6 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 40,97 (7,0%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 558,6 mil (2,6%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a outubro de cada ano. Observa-se que tais despesas reduziram-se em percentual do PIB de 2007 para 2008: de 7,00% para 6,77%.



Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 7,00% do PIB no acumulado de janeiro a outubro de 2007 para 6,77% do PIB no mesmo período em 2008.

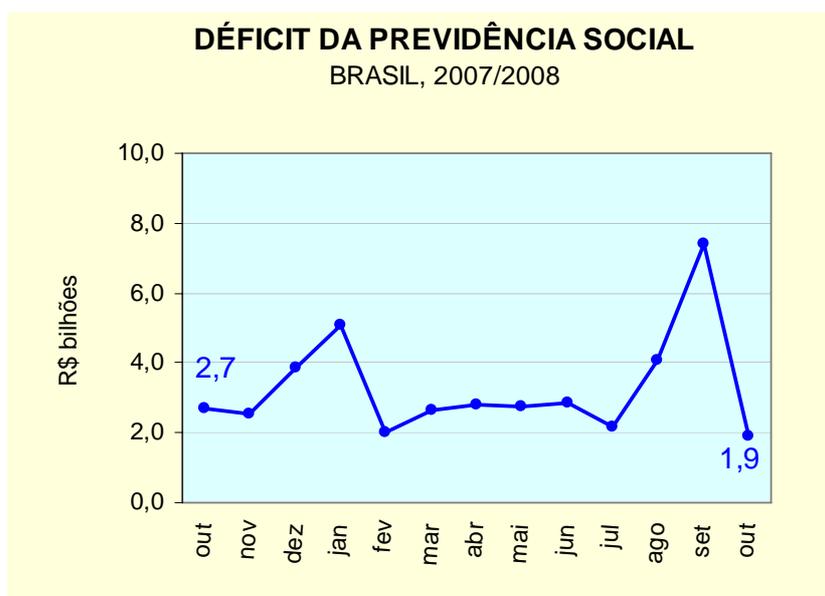
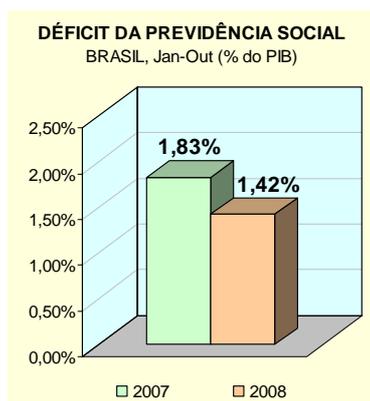
No estoque de benefícios dos primeiros dez meses de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 533,6 mil aposentadorias (3,9%) e de 180,2 mil pensões por morte (2,9%), bem como a redução de 168,1 mil benefícios de auxílio-doença (11,1%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

	Em mil benefícios			
	SET	OUT	JAN-OUT	
	2008	2008	2007	2008
Benefícios do RGPS	22.635	22.703	21.813	22.372
Previdenciários	21.842	21.899	21.063	21.590
Aposentadorias	14.312	14.355	13.599	14.129
Idade	7.412	7.438	7.013	7.312
Invalidez	2.825	2.828	2.736	2.797
Tempo de contribuição	4.075	4.090	3.850	4.021
Pensão por morte	6.229	6.243	5.988	6.169
Auxílio-Doença	1.199	1.200	1.397	1.199
Salário - maternidade	57	56	41	50
Outros	44	45	37	42
Acidentários	794	804	751	782
Aposentadorias	153	153	147	151
Pensão por morte	128	128	129	128
Auxílio - doença	160	170	120	150
Auxílio - acidente	272	272	270	271
Auxílio - suplementar	80	80	84	81

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,17%	5,35%
Benefícios	7,00%	6,77%
Res. Primário	-1,83%	-1,42%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,18 ponto percentual em relação ao período de janeiro a outubro do ano passado, enquanto os gastos com benefícios previdenciários reduziram-se de 0,23 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,42% do PIB, 0,40 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2007 (1,83%).



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em outubro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN totalizou R\$ 733,7 bilhões, inferior em R\$ 901,1 milhões em relação ao saldo do mês anterior. O aumento de R\$ 14,9 bilhões nos saldos dos haveres mais do que compensou o crescimento verificado de R\$ 8,7 bilhões no estoque da dívida externa e de R\$ 5,3 bilhões no estoque da dívida interna. Em relação ao PIB, a DLTN diminuiu 0,2 ponto percentual no mesmo período.

Em outubro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 24,7 % do PIB, redução de 0,2 ponto percentual em relação ao registrado em setembro.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007 OUT	2008 SET	2008 OUT
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	595.507	624.507	614.926
I.1. Dívida Interna	1.563.587	1.635.168	1.640.491
I.2. Haveres Internos	968.080	1.010.661	1.025.565
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	107.804	110.045	118.724
II.1. Dívida Externa	108.112	110.364	119.085
II.2. Haveres Externos	308	320	360
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	703.310	734.552	733.651
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	26,8%	24,9%	24,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Comparativamente ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional, em proporção do PIB, apresentou redução de 2,1 pontos percentuais, ao diminuir de 26,8% em outubro de 2007 para 24,7% em outubro de 2008. Já em termos nominais, cresceu R\$ 30,3 bilhões no mesmo período, decorrência dos aumentos de R\$ 76,9 bilhões no estoque da Dívida Interna e de R\$ 11,0 bilhões no saldo da Dívida Externa, aumentos esses compensados em parte pela expansão de R\$ 57,5 bilhões nos haveres do Tesouro Nacional.



A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de outubro em R\$ 614,9 bilhões, o equivalente a 20,7% do PIB. Em comparação ao mês de setembro, observou-se uma redução de R\$ 9,6 bilhões no saldo nominal, o equivalente a 0,5 ponto percentual do PIB. Essa variação resultou da expansão de R\$ 14,9 bilhões nos haveres internos que superou de forma expressiva o aumento de R\$ 5,3 bilhões na dívida interna.

Dívida Interna Líquida



TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007 OUT	2008 SET	2008 OUT
I. DÍVIDA INTERNA	1.563.587	1.635.168	1.640.491
I.1. Dívida Mobiliária	1.541.079	1.612.690	1.618.062
DPMFi em Poder do Público ¹	1.199.031	1.224.735	1.226.272
DPMFi em Poder do Banco Central	353.364	406.315	410.149
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(11.315)	(18.360)	(18.359)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.508	22.478	22.428
II. HAVERES INTERNOS	968.080	1.010.661	1.025.565
II.1. Disponibilidades Internas	269.844	232.999	233.688
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	407.385	443.604	446.714
II.3. Haveres da Administração Indireta	186.578	201.411	203.788
II.4. Haveres Administrados pela STN	104.273	132.648	141.375
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	595.507	624.507	614.926
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	22,7%	21,2%	20,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

Título	R\$ bilhões		
	2007 OUT	2008 SET	2008 OUT
Em Poder do Público	1.199	1.225	1.226
LFT	425	438	445
LTN	295	239	224
NTN-B	236	290	293
NTN-C	64	58	58
NTN-F	127	158	163
Demais ¹	53	43	44
Aplic. em Tit. Púb.	-11	-18	-18
Na carteira do BCB	353	406	410
Total	1.541	1.613	1.618
% PIB	58,67%	54,69%	54,45%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

O aumento da dívida interna líquida, por sua vez, esteve associado ao acréscimo, em relação ao mês de setembro, de R\$ 5,4 bilhões no principal componente das obrigações do Tesouro Nacional, a Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi. O estoque em poder do público aumentou R\$ 1,5 bilhão e houve crescimento de R\$ 3,8 bilhões no estoque em poder do Banco Central. Em percentual do PIB, no entanto, a DPMFi diminuiu, situando-se 0,2 ponto percentual abaixo da relação verificada no mês anterior.

No estoque de títulos em poder do público, o resgate líquido de R\$ 13,0 bilhões compensou em grande medida, a apropriação de juros de R\$ 14,5 bilhões ocorrida no mês. Foram R\$ 15,4 bilhões de emissões contra R\$ 28,4 bilhões de resgate. Quanto à carteira do Banco Central, as emissões totalizaram R\$ 15,9 bilhões e os resgates somaram R\$ 16,3 bilhões, além da apropriação de R\$ 4,2 bilhões de juros.

Na carteira em poder do público, destaca-se a redução de R\$ 15,2 bilhões no estoque de LTN, em função do resgate líquido de R\$ 17,6 bilhões mais a incorporação de R\$ 2,4 bilhões de juros e o aumento de R\$ 7,0 bilhões no estoque de LFT, decorrente da emissão líquida de R\$ 1,9 bilhão e apropriação de R\$ 5,1 bilhões de juros.

Em outubro, a Dívida Interna Líquida tomada em proporção do PIB totalizou 20,7%, ligeiramente inferior ao observado no mês anterior.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, OUT/2008

R\$ bilhões

Título	Saldo Set/08	Fatores de Variação ¹			Saldo Out/08
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	
Em poder do público	1.224,7	15,4	-28,4	14,5	1.226,3
LFT	437,7	2,9	-1,0	5,1	444,7
LTN	239,0	6,3	-23,9	2,4	223,7
NTN-B	289,5	1,0	-0,3	2,8	293,1
NTN-C	57,6	0,0	-0,6	1,1	58,0
NTN-F	158,1	4,9	-1,9	1,5	162,6
Demais ⁴	42,9	0,3	-0,7	1,6	44,2
Na carteira do BCB	406,3	15,9	-16,3	4,2	410,1
Total	1.631,0	31,3	-44,7	18,8	1.636,4

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A DPMFi em poder do público apresentou resgate líquido de R\$ 13,0 bilhões.

Os haveres internos totalizaram R\$ 1,0 trilhão, apresentando um aumento de R\$ 14,9 bilhões ou 1,5% em relação ao mês anterior. Aumentaram os haveres administrados pela STN, R\$ 8,7 bilhões, os haveres junto aos Governos Regionais, R\$ 3,1 bilhões, os haveres da Administração Indireta, R\$ 2,4 bilhões, e as disponibilidades internas R\$ 688,9 milhões.

A principal explicação para a expansão de R\$ 8,7 bilhões observada nos haveres administrados pela STN é a valorização do dólar ocorrida no mês que levou à atualização dos saldos devedores dos contratos indexados à moeda americana, além da implementação em outubro do contrato de financiamento do BNDES, no valor de R\$ 5,0 bilhões.

Por seu turno, a ampliação observada nos haveres junto aos Governos Regionais decorreu principalmente do aumento no saldo dos haveres no âmbito da Lei nº 9.496/1997, R\$ 2,5 bilhões, que está associado à aplicação da atualização monetária nos saldos devedores e da incorporação dos juros conforme previsão contratual.

Já o aumento dos saldos dos haveres da administração indireta foi reflexo do aumento de R\$ 1,5 bilhão nas disponibilidades do FAT e da expansão de R\$ 410,5 milhões no patrimônio líquido dos fundos constitucionais regionais.

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em outubro totalizou R\$ 118,7 bilhões, contra R\$ 110,0 bilhões em setembro, aumento de R\$ 8,7 bilhões, ou 7,9% em relação ao mês anterior. Em proporção do PIB, o aumento

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2007/2008

R\$ bilhões

Discriminação	2008		
	OUT	SET	OUT
Lei 9.496/97	279,5	313,7	316,2
MP 2.185/01	43,2	49,1	49,4
Lei 8.727/93	45,2	42,1	41,9
Antecipação de Royalties	13,8	13,0	13,0
Bônus Renegociados	7,5	7,8	8,2
Lei 7.976/89	2,1	1,3	1,4
Demais Haveres	16,1	16,7	16,7
Total	407,4	443,6	446,7
% PIB	15,51%	15,04%	15,03%

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
BRASIL, 2007/2008

R\$ bilhões

Entidade	2008		
	OUT	SET	OUT
FAT	124,3	132,0	133,6
Fundos Regionais	37,5	43,3	43,7
Demais	24,8	26,0	26,5
Total	186,6	201,4	203,8

Dívida Externa Líquida

foi de 0,3 ponto percentual, passando de 3,7% no mês anterior para 4,0% em outubro.

A Dívida Externa Líquida em outubro totalizou R\$ 118,7 bilhões, equivalente a 4,0% do PIB. Esse saldo é superior ao do mês anterior em R\$ 8,7 bilhões, explicado pela depreciação cambial no mês.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA EXTERNA	108.112	110.364	119.085
I.1. Dívida Mobiliária	84.157	84.597	90.883
Euro	11.108	10.869	10.945
Global US\$	62.156	62.963	69.042
Global BRL	10.565	10.466	10.565
Demais	328	298	331
I.2. Dívida Contratual	23.955	25.768	28.201
Organismos Internacionais	19.977	21.566	23.666
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.978	4.202	4.535
II. HAVERES EXTERNOS	308	320	360
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	308	320	360
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	107.804	110.045	118.724
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	4,1%	3,7%	4,0%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Esse aumento decorreu basicamente da depreciação cambial no período, que contribuiu para o aumento da dívida expressa em moeda nacional. Os resgates superaram em R\$ 219,0 milhões as emissões mais os juros nominais apropriados por competência. Do montante total da dívida externa, a dívida mobiliária totalizou R\$ 90,9 bilhões e a dívida contratual R\$ 28,2 bilhões, representando 76,3% e 23,7%, respectivamente.

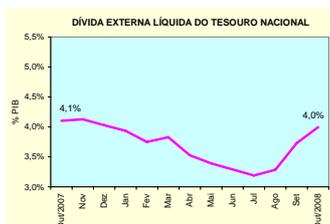
TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, OUT/2008

Discriminação	Saldo Set/08	Fatores de Variação ¹				Saldo Out/08
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	Variação Cambial	
		R\$ milhões				
Dívida Mobiliária	84.597	-	(645)	617	6.314	90.883
Global US\$	62.963	-	(645)	436	6.287	69.042
Euro	10.869	-	-	80	(4)	10.945
Global BRL	10.466	-	-	99	-	10.565
Demais	298	-	(0)	2	31	331
Dívida Contratual	25.768	63	(407)	152	2.625	28.201
Org. Internacionais	21.566	63	(165)	127	2.075	23.666
Bancos Priv./Ag. Gov.	4.202	-	(241)	25	550	4.535
Total	110.364	63	(1.051)	769	8.939	119.085

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.



Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 10,9 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 107,8 bilhões em outubro de 2007 para R\$ 118,7 bilhões em outubro de 2008. Em percentual do PIB, no entanto, teve redução de 0,1 ponto percentual.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Outubro 2008/2007

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Out/2007	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2008
I. RECEITA TOTAL	54.692,0	52.552,1	67.121,6	64.569,0	50.116,0	55.681,6	63.541,3	54.830,0	56.207,5	62.844,3	58.451,1	60.006,9	65.795,1
I.1. Receitas do Tesouro	42.886,6	40.627,7	47.081,3	53.226,3	38.065,6	43.408,4	50.766,4	42.038,1	43.132,7	49.488,4	45.128,5	46.373,6	52.056,0
I.1.1. Receita Bruta	44.584,6	42.689,0	48.837,2	53.477,3	38.286,4	43.743,1	51.098,9	42.367,2	45.114,3	51.018,6	46.932,0	47.818,2	53.869,0
- Impostos	19.436,0	18.950,0	24.016,6	25.502,7	18.445,6	21.254,7	24.140,0	19.388,9	22.117,7	24.081,5	20.755,1	21.690,6	25.660,8
- Contribuições	19.522,3	19.796,9	20.239,2	20.957,3	15.903,6	15.877,9	18.456,8	16.237,5	18.547,3	19.007,8	17.630,0	18.237,2	20.324,5
- Demais ¹	5.626,4	3.942,1	4.581,4	7.017,3	3.937,3	6.610,5	8.502,1	6.740,8	4.449,3	7.929,2	8.546,9	7.890,4	7.883,6
I.1.2. (-) Restituições	-1.698,0	-2.061,3	-1.756,0	-251,0	-220,8	-334,7	-332,4	-329,1	-1.981,6	-1.530,2	-1.803,5	-1.444,6	-1.813,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	11.711,9	11.763,4	19.828,3	11.206,9	11.927,5	12.134,0	12.641,6	12.650,0	12.942,8	13.230,2	13.193,2	13.430,0	13.475,7
I.3. Receitas do Banco Central	93,5	161,0	212,0	135,8	122,9	139,2	133,3	141,9	132,0	125,7	129,4	203,3	263,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.123,3	9.551,4	11.465,8	10.217,4	11.350,3	9.891,9	10.442,0	11.894,4	9.442,9	9.265,8	12.080,6	9.530,0	10.182,9
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	6.066,9	7.055,4	9.915,9	8.482,3	9.317,6	7.398,4	8.559,2	8.993,9	7.782,7	7.109,9	8.617,3	7.625,4	7.281,2
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	269,5	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5
II.3. Transferências da Cide	470,8	0,0	0,0	471,6	0,0	0,0	460,4	0,0	0,0	370,7	0,0	0,0	276,2
II.4. Demais	1.316,1	2.227,2	1.291,7	1.248,3	2.032,7	2.005,1	1.259,9	2.738,0	1.497,7	1.622,7	3.300,8	1.742,0	1.813,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	46.568,7	43.000,7	55.655,8	54.351,6	38.765,7	45.789,7	53.099,3	42.935,7	46.764,6	53.578,5	46.370,5	50.476,9	55.612,3
IV. DESPESA TOTAL	36.690,7	38.496,6	63.708,2	38.991,1	33.550,4	35.184,5	36.380,6	37.387,5	38.847,0	46.380,9	40.112,9	44.346,5	40.957,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	9.015,0	10.024,7	13.240,5	12.570,9	9.506,4	9.031,8	9.074,9	9.387,7	10.029,8	13.016,3	9.524,0	9.949,1	10.422,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	14.406,3	14.324,1	23.714,2	16.295,8	13.954,8	14.769,9	15.428,8	15.403,5	15.806,1	15.407,5	17.253,5	20.846,5	15.384,9
IV.3. Custeio e Capital	13.071,8	13.899,0	26.396,6	9.902,3	9.903,5	11.129,8	11.630,6	12.372,0	12.786,4	17.710,1	13.098,4	13.133,0	14.727,1
IV.3.1. Despesa do FAT	1.957,1	1.739,9	1.648,8	1.107,5	1.373,8	1.197,0	1.174,0	1.450,2	1.231,5	3.342,4	2.651,4	1.911,4	2.297,3
- Abono e Seguro Desemprego	1.917,6	1.710,5	1.460,5	1.040,9	1.354,2	1.167,9	1.147,1	1.416,6	1.197,0	3.286,2	2.610,2	1.866,8	2.221,1
- Demais Despesas do FAT	39,5	29,4	188,3	66,5	19,6	29,1	26,9	33,5	34,5	56,2	41,2	44,7	76,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	1.200,6	2.017,4	2.055,1	438,0	175,3	484,9	557,5	328,8	524,4	1.303,1	-1.294,4	412,7	1.046,3
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	922,0	1.934,4	1.880,0	233,3	117,7	256,0	318,2	116,6	260,6	1.129,7	-1.637,6	243,3	740,9
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	278,6	83,0	175,2	204,7	57,5	228,9	239,3	212,2	263,8	173,5	343,2	169,4	305,4
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.182,2	1.184,3	1.824,4	1.194,3	1.201,0	1.267,6	1.331,1	1.334,0	1.498,9	1.344,7	1.351,8	1.366,8	1.375,4
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.732,0	8.957,4	20.868,2	7.162,5	7.153,4	8.180,3	8.568,0	9.259,0	9.531,6	11.719,9	10.389,6	9.442,0	10.008,1
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	38,6	64,6	130,2	23,5	68,2	81,9	74,0	63,3	72,3	68,1	68,2	74,6	196,6
IV.5. Despesas do Banco Central	159,1	184,2	226,7	198,6	117,5	171,1	172,3	161,0	152,4	178,9	168,8	343,2	226,3
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	9.878,0	4.504,1	-8.052,4	15.360,4	5.215,3	10.605,3	16.718,7	5.548,1	7.917,6	7.197,6	6.257,5	6.130,5	14.655,2
V.1. Tesouro Nacional	12.637,9	7.088,0	-4.151,9	20.512,1	7.237,2	13.273,0	19.544,9	8.320,7	10.801,3	9.428,1	10.357,2	13.686,9	16.527,2
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-2.694,4	-2.560,6	-3.885,9	-5.088,9	-2.027,3	-2.635,9	-2.787,2	-2.753,5	-2.863,3	-2.177,3	-4.060,3	-7.416,5	-1.909,2
V.3. Banco Central ⁶	-65,6	-23,2	-14,6	-62,7	5,4	-31,8	-39,0	-19,1	-20,4	-53,2	-39,4	-139,9	37,2
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	23,8	0,0	0,0	148,4	143,2	146,3	141,1	138,5	134,4	131,3	70,5	100,5	74,9
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	115,9	279,5	-635,7	1.196,5	-1.270,3	287,8	0,8	-770,2	-984,9	445,2	924,9	-1.057,5	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	10.017,7	4.783,6	-8.688,1	16.705,3	4.088,2	11.039,3	16.860,6	4.916,4	7.067,1	7.774,1	7.253,0	5.173,5	nd
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-10.899,3	-7.240,3	-7.169,0	-6.469,2	-10.407,0	-7.795,2	-10.473,1	-10.396,8	-8.214,8	-9.882,8	-5.727,4	-4.160,2	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	-881,6	-2.456,7	-15.857,1	10.236,2	-6.318,8	3.244,1	6.387,5	-5.480,3	-1.147,7	-2.108,7	1.525,6	1.013,2	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	635,9	961,0	1.043,2	597,6	766,9	639,1	594,1	685,6	672,8	760,5	691,4	653,3	893,7
RMV ⁴	156,0	154,6	234,5	151,5	151,9	156,3	161,1	161,7	177,4	105,2	155,1	153,7	152,5

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Out/2007	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2008
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	53.302,0	58.932,5	80.050,6	46.651,1	59.324,0	54.872,4	58.862,3	60.782,1	57.723,1	59.325,6	65.917,3	59.770,2	61.997,8
I.1 - Recolhimento Bruto	37.968,9	44.190,3	56.125,1	31.009,2	44.947,2	38.230,3	42.574,1	44.534,4	41.049,4	42.385,8	49.466,0	42.291,3	44.535,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.601,6	1.532,3	1.334,2	1.773,4	1.541,3	1.607,5	1.593,3	1.588,4	1.659,5	1.577,0	1.216,3	1.963,7	1.753,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	345,5	331,8	304,2	313,0	87,6	187,4	142,2	141,9	127,4	134,7	248,4	180,3	298,2
I.5 - Receita do Salário Educação	688,2	686,3	712,1	1.256,7	720,9	727,7	746,9	735,8	755,4	794,3	777,3	816,8	810,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	12.686,9	12.188,3	21.571,5	12.298,8	12.027,0	14.119,6	13.805,8	13.781,5	14.131,4	14.433,8	14.209,3	14.518,2	14.600,1
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	10,9	3,6	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	48.887,3	60.631,1	59.019,1	67.755,6	47.453,0	51.392,8	53.215,0	56.295,1	60.648,5	64.349,4	49.062,2	54.802,7	48.808,3
II.1 - Liberações Vinculadas	9.804,5	11.408,9	11.978,1	13.810,2	13.733,2	10.994,6	12.436,4	13.907,4	11.332,5	11.274,5	14.217,2	11.648,5	12.292,7
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.459,5	7.515,7	10.538,9	9.042,7	9.933,5	7.883,5	9.121,5	9.585,5	8.292,8	7.572,0	9.181,7	8.122,5	7.754,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.099,0	1.527,2	556,4	1.056,5	1.717,3	634,9	1.038,7	1.894,5	661,4	1.129,6	2.434,1	848,1	1.178,1
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	269,8	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.976,2	2.097,2	624,7	3.695,8	2.082,5	1.987,8	2.113,7	2.265,0	2.215,8	2.410,4	2.438,9	2.515,5	2.547,9
II.2 - Liberações Ordinárias	39.082,8	49.222,3	47.041,0	53.945,4	33.719,8	40.398,2	40.778,7	42.387,7	49.316,1	53.074,9	34.845,0	43.154,2	36.515,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.539,9	13.737,7	12.423,1	12.653,7	10.463,6	9.736,7	10.098,3	10.844,9	13.572,2	10.927,5	10.537,4	11.034,5	11.546,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	588,2	606,1	130,5	887,0	610,5	660,0	1.615,2	1.624,5	636,3	3.254,8	1.434,0	45,0	0,8
i) Dívida Contratual Interna	429,9	288,2	110,9	73,3	103,2	103,9	112,7	96,0	104,0	96,3	101,0	102,5	101,8
ii) Dívida Contratual Externa	158,2	317,9	19,6	813,6	507,2	556,2	1.502,6	1.528,5	532,3	3.158,5	1.333,1	-57,5	-100,9
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	5.015,7	6.323,0	-1.346,4	15.488,5	2.940,1	6.387,5	4.519,6	6.501,4	6.852,7	11.019,1	2.761,5	4.387,0	2.152,2
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	14.092,7	16.919,7	17.734,4	17.145,3	13.518,2	15.408,3	15.433,0	14.903,9	18.397,7	18.233,1	12.160,9	18.904,3	12.765,2
II.2.5 - Custeio e Investimento	9.515,3	11.220,2	17.525,1	7.281,6	6.007,1	7.869,9	8.693,2	8.249,7	9.683,5	9.333,4	7.796,6	8.595,1	9.560,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	331,1	415,6	574,1	489,3	180,3	335,8	419,3	263,4	173,6	307,1	154,5	188,2	489,6
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	4.414,7	-1.698,7	21.031,5	-21.104,5	11.871,0	3.479,6	5.647,3	4.487,0	-2.925,4	-5.023,9	16.855,2	4.967,5	13.189,5
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	66.595,0	21.385,5	16.462,8	24.067,3	34.613,8	21.769,9	23.645,7	18.621,8	38.064,0	21.375,8	19.965,2	8.888,4	9.927,4
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	65.454,7	20.785,2	15.540,3	23.334,0	33.100,6	20.876,5	22.076,2	17.342,4	36.991,6	20.699,5	19.202,7	7.777,9	9.243,1
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.140,4	600,3	922,4	733,3	1.513,2	893,4	1.569,6	1.279,4	1.072,4	676,3	762,5	1.110,5	684,3
V. DESPESAS	41.292,2	7.071,0	19.498,1	44.541,4	1.345,8	22.404,9	59.805,9	2.041,4	20.603,6	65.622,6	3.966,6	18.324,7	26.581,5
V.1 - Amortização da Dívida Interna	40.341,6	5.985,0	19.397,8	43.079,9	529,2	21.006,6	59.800,3	1.367,6	20.347,7	64.595,9	3.220,7	18.190,6	26.468,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	40.047,5	5.766,0	19.251,4	42.981,5	384,9	20.868,5	59.653,4	1.220,6	20.195,3	64.450,9	3.068,5	18.038,1	26.297,7
V.1.2 - Dívida Contratual	294,1	219,0	146,3	98,5	144,3	138,1	146,8	147,0	152,4	145,0	152,1	152,5	171,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	950,6	1.085,9	100,3	1.461,5	816,5	1.398,3	5,6	673,8	255,8	1.026,7	745,9	134,2	112,8
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	25.407,2	15.019,2	-3.711,1	-19.647,4	32.715,7	8,0	-37.577,3	16.121,8	16.796,2	-43.751,3	16.134,2	-10.260,2	-17.054,6
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	276,9	683,1	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	29.994,5	13.299,0	22.850,8	-47.774,8	49.048,2	9.077,3	-32.493,2	24.820,8	40.779,6	-75.969,3	35.676,7	1.127,5	-2.352,4

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Out/2007	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2008
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	15.476,9	2.483,1	10.154,6	31.528,5	4.709,1	6.232,6	14.519,7	5.753,4	26.244,5	2.301,3	4.022,9	5.596,3	17.412,2
I.1. Emissão de Títulos	13.292,7	0,0	8.119,4	29.273,9	2.259,5	3.395,3	12.277,8	3.265,8	23.126,4	0,0	1.496,8	0,0	15.896,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.029,7	2.344,6	1.940,9	2.117,7	2.309,2	2.696,1	2.118,0	2.360,7	2.979,1	2.191,3	2.312,3	2.163,4	1.357,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	154,5	138,5	94,4	136,8	140,5	141,3	123,9	126,8	139,1	110,1	213,8	183,8	157,9
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.249,1	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	15.200,0	1.800,0	5.300,0	37.724,6	800,0	0,0	16.500,0	2.000,0	0,0	29.000,0	1.200,0	0,0	16.300,0
II.1. Resgate de Títulos	13.500,0	0,0	4.853,5	29.500,0	0,0	0,0	15.000,0	0,0	0,0	23.500,0	693,5	0,0	16.300,0
II.2. Encargos da DPMF	1.700,0	1.800,0	446,5	8.224,6	800,0	0,0	1.500,0	2.000,0	0,0	5.500,0	506,5	0,0	0,0
III. RESULTADO (I - II)	276,9	683,1	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Out/2007	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2008
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	67,5	58,9	49,4	47,0	44,6	38,5	39,9	1,6	1,0	46,0	1,0	29,9	133,3
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,1	0,2	1,5	19,5	0,4	0,9	2,7	0,9	0,5	2,8	0,3	0,0	0,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	5,1	-4,1	-15,7	54,8	39,3	125,2	196,6	61,5	-36,9	59,0	-5,8	-16,1	-22,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	22,5	1,9	1,2	1,1	1,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-60,9	-136,8	-116,0	-66,4	-31,9	-1,1	-1,3	-78,5	-56,9	-0,1	-30,8	-36,2	-62,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	66,0	110,2	98,5	120,0	70,0	125,0	197,5	140,0	20,0	59,0	25,0	20,0	40,3
IV. PRONAF	73,6	110,0	74,8	224,2	34,0	61,2	47,9	20,4	49,1	85,6	-2,1	18,8	189,6
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	36,9	47,1	58,6	216,4	41,4	39,9	51,0	14,8	7,6	74,0	12,7	13,2	102,3
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	36,7	63,0	16,2	7,9	-7,4	21,3	-3,2	5,6	41,5	11,5	-14,8	5,6	87,3
V. PROEX	-71,8	35,0	102,6	-132,9	-10,5	55,4	42,7	66,3	-12,9	51,5	-27,9	44,6	33,1
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	22,4	28,1	74,4	0,0	11,3	82,2	37,3	14,6	0,9	34,9	26,6	25,9	47,2
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-94,2	6,9	28,2	-132,9	-21,8	-26,8	5,4	51,7	-13,8	16,6	-54,6	18,7	-14,1
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	82,4	48,6	177,6	14,0	54,4	4,5	15,3	7,5	91,1	57,5	8,6	2,1	1,1
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	135,4	146,6	0,0	0,0	1,4
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	454,4	983,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	208,7	250,4	595,3	52,6	25,6	23,7	22,0	27,2	80,0	93,8	58,7	122,2	118,5
XI. FUNCAFÉ	0,1	0,5	1,9	4,1	0,0	1,7	0,8	1,0	7,5	0,6	0,3	1,6	0,9
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-49,8	303,6	743,6	-50,2	-70,0	-55,1	-49,6	-69,7	-54,2	586,5	-1.670,8	-9,7	107,3
XIII. TOTAL	770,4	1.787,1	1.731,2	233,3	117,7	256,0	318,2	116,6	260,6	1.129,7	-1.637,6	193,3	563,3

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

	Out/2007	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2008
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	595.507,0	595.868,4	610.408,2	600.252,2	602.298,4	601.469,9	592.388,5	594.780,9	622.143,9	625.730,9	625.853,6	624.506,8	614.926,2
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.563.586,6	1.586.366,3	1.598.019,0	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7
DPMFi em Poder do Público ¹	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2
DPMFi em Poder do Banco Central	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-11.315,1	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0
Demais Obrigações Internas	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4
I.2. HAVERES INTERNOS	968.079,6	990.497,9	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.564,6
Disponibilidades Internas	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.687,9
Haveres junto aos Governos Regionais	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7
Haveres da Administração Indireta	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.788,2
Haveres Administrados pela STN	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	107.803,5	109.927,2	108.604,2	107.101,5	102.933,6	105.949,9	99.312,1	97.301,5	95.817,2	93.260,1	96.053,5	110.044,8	118.724,4
II.1. DÍVIDA EXTERNA	108.111,8	110.227,6	108.884,1	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6
Dívida Mobiliária	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2
Dívida Contratual	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5
II.2. HAVERES EXTERNOS	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	703.310,5	705.795,5	719.012,4	707.353,7	705.232,0	707.419,8	691.700,6	692.082,5	717.961,0	718.991,0	721.907,1	734.551,6	733.650,6
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	26,8%	26,5%	26,7%	26,0%	25,7%	25,6%	24,6%	24,1%	24,7%	24,6%	24,7%	24,9%	24,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/2007	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2008
I. DÍVIDA INTERNA	1.563.586,6	1.586.366,3	1.598.019,0	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2
LFT	424.714,9	424.505,7	409.024,1	418.671,3	427.528,3	416.874,2	430.655,2	439.055,9	429.755,1	443.454,3	451.294,9	437.680,8	444.700,2
LTN	295.259,6	312.489,3	325.148,8	294.357,5	311.502,5	318.195,8	275.462,0	282.701,9	287.882,0	226.629,7	232.314,2	238.952,8	223.739,5
NTN-B	235.642,0	238.016,6	242.267,6	249.567,5	255.441,5	262.812,9	268.895,5	269.988,9	276.941,7	283.994,5	285.561,7	289.519,7	293.054,3
NTN-C	63.956,9	64.612,9	66.224,8	65.180,8	65.992,7	66.713,2	54.820,0	56.087,9	57.654,0	57.396,2	57.181,0	57.578,7	58.042,0
NTN-F	126.580,4	127.951,0	131.823,9	126.014,5	131.810,6	135.086,9	138.853,2	142.544,8	145.770,1	145.323,2	152.325,3	158.098,4	162.572,9
Dívida Securitizada	21.035,2	20.120,9	20.776,5	20.741,7	20.913,3	21.054,3	21.108,6	20.511,7	20.610,2	19.793,0	16.295,2	13.236,6	13.399,9
Demais Títulos em Poder do Público	31.841,4	32.029,9	29.604,8	29.428,3	28.975,1	29.289,4	28.919,3	28.716,9	28.676,7	27.813,9	28.222,6	29.668,1	30.763,2
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2
LFT	77.265,1	77.922,0	78.918,4	91.407,5	92.145,6	96.333,7	100.641,9	102.912,6	121.691,7	122.995,2	125.749,3	127.136,1	139.587,9
LTN	150.634,8	152.219,4	158.370,1	139.526,7	140.734,9	142.040,4	135.666,5	138.801,0	150.946,6	125.443,1	126.635,6	127.866,9	116.891,7
Demais Títulos na Carteira do BCB	125.463,7	125.204,2	123.344,2	123.316,4	123.340,9	124.624,8	125.944,6	125.631,1	151.026,4	150.143,6	149.972,1	151.311,7	153.669,6
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-11.315,1	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4
II. DÍVIDA EXTERNA	108.111,8	110.227,6	108.884,1	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2
Euro	11.108,4	11.630,9	11.661,2	11.524,9	11.079,4	12.050,1	10.578,6	10.251,9	10.103,7	9.925,1	9.812,4	10.869,3	10.945,2
Global US\$	62.155,6	62.983,2	61.807,7	60.958,2	58.165,5	58.955,0	55.050,8	53.938,7	53.000,9	51.456,9	53.556,5	62.963,4	69.042,0
Global BRL	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0
Demais Títulos Externos	327,7	336,8	336,1	335,7	322,5	299,8	290,6	282,1	276,9	273,9	287,1	298,1	331,0
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5
Organismos Multilaterais	19.977,3	20.485,7	20.284,3	20.209,1	19.363,4	20.362,2	19.419,2	18.956,1	18.461,6	18.141,4	18.719,6	21.565,9	23.666,4
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.977,9	4.127,2	4.031,8	4.084,1	3.914,8	4.112,4	3.705,4	3.482,9	3.505,9	3.449,7	3.578,3	4.201,6	4.535,1
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.671.698,4	1.696.593,9	1.706.903,1	1.673.771,3	1.708.923,2	1.725.624,3	1.686.297,2	1.709.917,2	1.771.591,5	1.700.621,5	1.726.495,1	1.745.532,5	1.759.575,4
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	63,6%	63,7%	63,3%	61,5%	62,3%	62,3%	59,9%	59,6%	60,9%	58,2%	59,1%	59,2%	59,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/2007	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2008
I. HAVERES INTERNOS	968.079,6	990.497,9	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.564,6
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.687,9
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7
Bônus Renegociados	7.476,0	7.581,4	7.599,8	7.544,3	7.162,2	7.403,7	6.935,1	6.671,3	6.487,0	6.351,6	6.618,2	7.757,4	8.171,8
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.144,7	3.121,0	3.096,9	3.073,9	3.047,9	3.023,2	2.999,4	2.975,0	2.951,5	2.930,9	2.908,9	2.887,5	2.868,6
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.059,3	10.114,2	10.199,5	10.328,1	10.408,7	10.426,5	10.477,4	10.572,3	10.748,1	10.927,7	11.026,2	11.002,2	11.017,5
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	2.116,0	2.074,3	1.805,9	1.777,1	1.693,3	1.703,3	1.650,9	1.573,5	1.257,6	1.226,0	1.239,0	1.343,8	1.411,3
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	45.196,1	45.081,8	43.434,2	43.304,3	43.162,4	42.922,1	42.702,2	42.587,5	42.464,0	42.372,9	42.276,3	42.050,3	41.873,0
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	279.507,4	281.881,0	285.245,0	289.387,9	292.405,9	293.670,9	295.867,2	299.413,5	305.084,1	311.026,1	314.951,9	313.672,6	316.152,6
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	43.204,6	43.600,1	44.119,5	44.872,4	45.417,4	45.665,6	46.055,0	46.633,4	47.570,7	48.587,9	49.380,0	49.143,2	49.399,1
Antecipação de Royalties	13.797,1	13.840,0	13.953,6	14.013,6	13.283,3	13.172,5	13.124,1	12.645,7	12.833,4	13.015,1	13.077,3	12.955,3	12.995,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.884,0	2.888,4	2.867,8	2.870,2	2.821,5	2.811,6	2.786,7	2.763,0	2.749,8	2.740,5	2.753,1	2.791,5	2.824,5
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.788,2
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	124.295,8	125.064,8	126.914,2	127.676,8	127.584,9	128.539,6	129.218,7	130.270,5	130.822,2	129.479,8	130.746,2	132.044,7	133.553,8
Fundos Constitucionais Regionais	37.489,4	38.056,5	38.533,4	39.084,2	39.767,9	40.298,2	40.740,6	41.341,8	41.789,2	42.346,9	42.781,2	43.323,7	43.734,1
Fundos Diversos	24.792,4	25.056,5	26.436,9	26.377,5	26.338,6	26.250,3	26.447,8	25.348,0	26.168,9	26.867,5	25.967,8	26.042,4	26.500,3
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.522,9	5.524,7	5.526,0	5.528,6	5.530,9	5.531,8	5.534,2	5.536,8	5.540,2	5.542,0	5.545,1	5.544,8	5.551,3
Haveres de Operações Estruturadas	40.505,6	41.090,7	43.361,1	43.546,9	43.324,9	43.934,5	43.791,1	43.860,1	44.103,4	44.310,9	44.923,5	46.655,0	48.138,5
Haveres Originários de Privatizações	7.065,6	7.066,3	7.067,5	7.069,1	7.069,0	7.070,1	7.071,3	7.072,7	7.074,2	7.077,4	7.079,9	7.423,1	7.427,3
Haveres de Legislação Específica	24.217,5	24.374,5	24.615,2	24.924,8	25.144,3	35.279,3	35.130,4	35.103,2	37.798,8	38.078,5	38.880,5	45.973,0	52.746,0
Demais Haveres Administrados pela STN	26.961,8	26.972,3	26.966,9	26.847,9	26.549,5	26.543,0	26.550,7	26.409,2	26.327,0	26.265,6	26.464,2	27.051,7	27.511,7
II. HAVERES EXTERNOS	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	968.388,0	990.798,4	987.890,7	966.417,6	1.003.691,2	1.018.204,6	994.596,6	1.017.834,8	1.053.630,4	981.630,5	1.004.588,1	1.010.980,9	1.025.924,8
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	36,9%	37,2%	36,6%	35,5%	36,6%	36,8%	35,3%	35,5%	36,2%	33,6%	34,4%	34,3%	34,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ OUTUBRO 2008/2007 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2007						2008					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	115.085,0	9.052,7	4.359,6	4.333,8	17.494,7	21.828,4	364.418,1	5.586,0	1.463,1	1.463,1	11.353,2	12.816,3
Senado Federal	127.145,6	17.365,4	7.946,4	7.943,2	16.032,1	23.975,3	59.801,6	13.834,2	8.044,3	8.033,1	18.328,0	26.361,1
Tribunal de Contas da União	53.646,7	5.267,1	3.364,8	3.363,2	3.608,0	6.971,2	61.538,6	47.376,3	4.584,8	4.570,3	23.806,0	28.376,3
Supremo Tribunal Federal	75.989,3	35.084,3	13.148,1	13.148,1	22.028,3	35.176,4	67.404,6	12.059,1	3.881,4	3.881,4	41.669,1	45.550,5
Superior Tribunal de Justiça	9.499,6	4.374,7	2.961,9	2.950,0	3.650,4	6.600,4	15.409,6	5.113,3	1.819,7	1.817,1	11.928,1	13.745,3
Justiça Federal ³	257.078,6	179.871,6	140.602,1	140.462,4	131.373,9	271.836,4	244.773,0	247.250,7	197.082,4	197.082,4	146.871,9	343.954,4
Justiça Militar	7.585,3	1.139,2	875,0	868,9	2.116,7	2.985,6	7.989,7	764,3	572,2	557,4	2.373,3	2.930,7
Justiça Eleitoral	181.461,2	110.503,7	48.645,8	48.240,7	52.546,0	100.786,7	308.996,7	210.586,3	162.458,1	159.713,7	80.228,4	239.942,1
Justiça do Trabalho	216.064,3	65.168,4	23.659,5	23.228,7	103.175,8	126.404,5	173.514,4	57.630,5	26.014,6	25.328,2	133.515,2	158.843,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	45.918,0	19.565,0	3.101,7	3.099,1	23.376,1	26.475,3	30.471,3	14.771,4	5.699,3	5.339,6	42.453,5	47.793,1
Presidência da República ⁴	875.068,9	201.871,8	94.773,1	94.557,0	83.891,5	178.448,6	1.349.019,2	347.136,3	158.666,9	138.571,2	188.703,9	327.275,1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	55.066,5	25.549,4	1.424,7	1.422,9	136.035,3	137.458,3	51.991,4	6.157,7	780,5	753,7	15.235,3	15.989,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	545.121,0	152.614,1	63.431,2	60.634,0	214.502,7	275.136,7	825.342,7	342.558,0	50.651,6	17.949,8	309.072,5	327.022,4
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.039.446,8	414.810,3	179.193,8	160.219,6	311.150,4	471.370,0	1.163.124,8	622.923,5	254.479,4	200.197,9	235.521,2	435.719,1
Ministério da Fazenda ⁵	222.340,9	40.024,7	26.440,6	26.382,4	209.895,5	236.277,8	482.410,6	317.033,1	287.045,6	286.439,8	124.805,0	411.244,8
Ministério da Educação	2.050.673,7	426.110,5	259.541,0	254.068,5	716.516,6	970.585,1	3.033.295,6	1.207.075,9	564.929,1	544.754,4	1.536.221,5	2.080.976,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	218.757,1	35.365,0	6.537,3	6.485,4	46.016,3	52.501,7	196.170,7	25.095,1	14.101,3	14.057,3	22.342,2	36.399,5
Ministério da Justiça	987.825,1	409.145,6	239.712,6	238.254,9	355.467,8	593.722,8	1.320.059,5	471.070,4	159.816,5	159.734,7	240.868,5	400.603,1
Ministério de Minas e Energia	49.286,1	14.990,5	6.869,9	6.790,4	16.229,2	23.019,6	64.856,2	13.585,0	5.799,7	5.633,4	16.608,6	22.242,0
Ministério da Previdência Social	45.800,0	22.083,0	6.686,6	5.726,6	80.752,8	86.479,4	158.528,2	28.503,6	12.894,6	11.871,6	50.135,5	62.007,1
Ministério Público da União	308.839,4	120.994,4	54.141,3	54.104,9	78.465,8	132.570,7	180.191,6	30.044,7	4.347,8	4.343,5	150.445,0	154.788,5
Ministério das Relações Exteriores	42.159,2	10.801,2	9.969,5	9.969,0	6.567,8	16.536,9	38.569,2	16.585,8	14.610,2	14.603,7	1.262,3	15.866,1
Ministério da Saúde	4.645.831,3	553.816,9	198.087,4	195.850,0	1.087.350,1	1.283.200,0	3.653.256,1	1.179.440,2	144.206,0	140.995,4	777.895,8	918.891,2
Ministério do Trabalho e Emprego	64.485,9	24.112,9	19.066,9	19.065,2	33.377,3	52.442,4	101.047,2	20.295,3	11.435,1	11.433,0	6.851,2	18.284,3
Ministério dos Transportes	9.768.041,2	5.528.062,3	1.943.140,0	1.721.258,3	2.037.747,9	3.759.006,3	9.702.709,6	4.510.230,8	1.083.120,5	940.732,9	3.356.859,8	4.297.592,7
Ministério das Comunicações	174.365,3	8.059,1	5.089,6	5.089,6	92.667,7	97.757,2	39.184,4	2.279,8	442,1	442,1	84.152,4	84.594,5
Ministério da Cultura	243.969,2	54.258,4	19.383,1	19.262,9	58.315,7	77.578,6	262.366,4	47.410,3	10.507,9	9.389,8	70.621,6	80.011,4
Ministério do Meio Ambiente	95.267,4	6.401,0	1.497,5	1.479,3	28.422,2	29.901,5	170.023,1	14.581,9	5.764,7	5.762,5	23.650,6	29.413,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.768.746,9	1.058.953,6	745.321,6	745.157,8	220.208,2	965.366,0	1.887.082,2	761.393,3	415.297,1	414.416,7	379.264,4	793.681,1
Ministério do Esporte	604.468,5	314.267,0	148.577,5	148.577,5	177.213,0	325.790,5	886.822,9	473.344,3	4.409,5	4.409,5	160.852,7	165.262,2
Ministério da Defesa	3.182.079,6	1.735.339,6	1.089.007,4	1.064.627,5	657.566,6	1.722.194,2	4.532.070,3	2.751.551,9	1.175.965,2	1.152.290,3	1.211.341,8	2.363.632,1
Ministério da Integração Nacional	3.816.244,1	1.007.235,5	178.118,0	177.681,5	645.384,2	823.065,7	4.953.703,9	2.570.365,9	236.847,2	230.113,6	1.147.997,8	1.378.111,4
Ministério do Turismo	1.346.698,0	375.213,7	2.969,7	2.006,3	387.529,7	389.536,0	2.002.397,6	947.386,1	32.572,0	32.572,0	599.560,8	632.132,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	233.536,5	44.588,2	3.510,0	3.510,0	48.791,5	52.301,5	182.728,7	75.722,4	36.209,6	36.037,7	48.982,1	85.019,8
Ministério das Cidades	5.975.168,5	2.058.110,2	47.053,9	45.965,0	828.068,6	874.033,6	6.947.070,2	4.184.738,6	720.332,5	719.779,9	3.255.014,5	3.974.794,3
TOTAL	39.448.760,5	15.090.171,0	5.598.209,3	5.315.784,6	8.933.536,8	14.249.321,4	45.518.339,9	21.581.481,9	5.817.694,8	5.505.072,9	14.526.794,0	20.031.866,9

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 125,7 milhões e R\$ 195,9 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

⁵ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.